



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

SÍLVIA ELAINE DA SILVA

RESUMO

Introdução: A violência obstétrica é um problema que atinge os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, bem como sua saúde em diversos aspectos. Este estudo de revisão integrativa teve como intuito responder à seguinte questão norteadora: “Como a literatura científica brasileira tem abordado a temática da violência obstétrica como questão de saúde pública?”. **Objetivos:** Este trabalho objetiva compreender quais os conhecimentos científicos estão sendo construídos e publicados com relação ao tema da violência obstétrica, no sentido de se tratá-la como uma questão de saúde pública. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica, utilizando as bases de dados: Biblioteca virtual em saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos da CAPES, contendo artigos publicados entre os anos de 2016 e 2022, com as palavras-chave “violência obstétrica” e “saúde pública” e o descritor booleano AND, com o texto disponível em língua portuguesa. Após a aplicação dos critérios e inclusão e exclusão, com o consequente descarte dos estudos que não se encaixavam na proposta, a análise final foi realizada com o total de 6 artigos. **Resultados:** Percebe-se que mesmo com a compreensão de que a violência obstétrica é um problema de saúde pública, impactando na saúde física e mental das mulheres, violando seus direitos e impactando na saúde materna e neonatal, ainda há um longo caminho a ser percorrido acerca dessa discussão. **Conclusão:** É evidenciada a necessidade de transformações na forma como a violência obstétrica vem sendo prevenida e enfrentada, a fim de que o problema possa ser minimizado e o debate sobre o tema ainda precisa avançar bastante.

Palavras-chave: Violência institucional; parto e nascimento; saúde da mulher; direitos sexuais e reprodutivos.

1 INTRODUÇÃO

A violência obstétrica é uma forma de violência de gênero que impacta nos direitos das mulheres e em sua saúde sexual e reprodutiva. A Venezuela foi o primeiro país a legislar sobre o tema, por meio de uma legislação que versa sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência, na qual a violência obstétrica é entendida como a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos da mulher pelos profissionais de saúde, expressa por um tratamento desumanizante, pelo abuso da medicalização e a patologização dos processos naturais, causando perda da autonomia e da capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade e impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres (VENEZUELA, 2007).

Nas palavras de Silva (2022, p. 72):

A violência obstétrica diz respeito a todas as práticas abusivas e todas as formas de violações, maus-tratos e desrespeitos vivenciados pelas mulheres durante a gestação, o parto, o puerpério e no caso de abortamento, por meio de ações ou omissões provenientes das instituições e dos profissionais da saúde.

E apesar das disputas de narrativas em torno do uso do termo, a violência obstétrica possui reconhecimento pela larga produção de conhecimento científico e pelas mulheres que vivenciam diariamente esse tipo de situação (SANTOS, 2019; KATZ et al., 2020; SILVA; GASPERIN; PONTES, 2021).

De acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Abramo em parceria com o Sesc, uma em cada quatro mulheres entrevistadas, ou seja, a alarmante razão de 25%, já foi vítima de violência obstétrica, sendo um total 23% delas afirmou que durante a assistência ouviu falas pejorativas e desrespeitosas (HOTIMSKY; AGUIAR; VENTURI, 2013).

Diante de todo o impacto causado por essa forma de violência de gênero contra a mulher, este estudo objetiva compreender quais os conhecimentos científicos estão sendo construídos no sentido de se tratar a violência obstétrica como uma questão de saúde pública.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Souza, Silva e Carvalho (2010) aduzem que a revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica dentre as várias espécies de revisão bibliográfica, por permitir a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais a fim de possibilitar uma compreensão completa do fenômeno analisado.

Para consecução desta pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica, utilizando as bases de dados: Biblioteca virtual em saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos da CAPES, contendo artigos publicados entre os anos de 2016 e 2022.

Este estudo de revisão integrativa que teve como intuito responder à seguinte questão norteadora: Como a literatura científica brasileira tem abordado a temática da violência obstétrica como questão de saúde pública?

Foram buscados artigos com as palavras-chave “violência obstétrica” e “saúde pública” e o descritor booleano AND, com texto disponível em língua portuguesa. O critério de inclusão para esta revisão foi selecionar estudos que abordassem o tema da violência obstétrica como questão de saúde pública no Brasil e o critério de exclusão foi descartar os artigos publicados em outros idiomas e as publicações incompletas.

Foram encontradas 97 publicações, das quais foram excluídas 7 por não serem artigos científicos. Das 90, foram excluídos 83 artigos que não contemplam a temática pesquisada e/ou os artigos que não continham as palavras chaves do descritor, sobrando 11. Depois, foram excluídos 5 que eram duplicados. A análise final foi realizada com os 6 artigos selecionados que restaram, visando compreender como as publicações traziam a violência obstétrica como uma questão de saúde pública.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção o autor deve apresentar, comentar e interpretar os dados que você coletou na pesquisa até o momento, podendo ser utilizados também Tabelas e/ou Figuras. A discussão dos resultados deve estar baseada e comparada com a literatura utilizada no trabalho de pesquisa, indicando sua relevância, vantagens e possíveis limitações.

Quadro 1 - Síntese dos trabalhos selecionados para a pesquisa de revisão bibliográfica.

Título	Autores	Ano de publicação	Objetivos	Resultados encontrados nos textos
Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil - origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção	DINIZ; Simone Grilo et al.	2016	Introduzir o leitor no debate do tema violência obstétrica de forma a auxiliá-lo na busca sobre aspectos específicos que podem ser abordados como temas de pesquisa e intervenção.	A violência obstétrica constitui um grave problema de saúde pública por impactar diretamente na saúde sexual e reprodutiva das mulheres e na morbimortalidade materna, sendo que é necessário que ocorram mudanças na formação dos profissionais da área da saúde, que seja fortalecida a autonomia das mulheres e que sejam responsabilizados os autores das violências.
“Revés de um parto”: relatos de mulheres que perderam o filho no período neonatal	ANUNCIACÃO, Patrícia Sampaio da et al.	2018	Compreender como as mães interpretam e explicam a morte de seus filhos no período neonatal.	As situações de violência obstétrica vivenciadas comprometem a qualidade da assistência à mulher e ao recém-nascido, evidenciando-se as dificuldades de acesso aos serviços, os problemas na relação com os profissionais de saúde, desrespeito às mulheres, má qualidade na continuidade entre o pré-natal e o parto e peregrinação, o que pode causar os óbitos infantis, o que demonstra um problema de saúde pública.
Breve discussão sobre a violência obstétrica contra as mulheres: “na hora de abrir as pernas ninguém reclama”	PHILIPP, Rita Radl; CUNHA, Tânia Andrade Rocha; CRUZ, Zoraide Vieira.	2018	Refletir sobre a violência obstétrica sofrida por muitas mulheres durante o parto.	A violência obstétrica se mostra como questão de saúde pública por repercutir de maneira significativa na saúde física e mental de suas vítimas direta e indiretamente, além de, em muitos casos, ir contra a melhor evidência científica, de se mostrar como uma violência de gênero e de se tratar de enorme desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.
Experiências de mulheres no gestar e parir fetos anencéfalos: as múltiplas faces da violência obstétrica	FERNANDES, Iulia Bicu et al.	2019	Identificar as violências sofridas pelas gestantes de fetos anencéfalos e discutir a violência experienciada por mulheres em gestações e partos de fetos anencéfalos.	A peregrinação e negação do atendimento às mulheres são formas de violência obstétrica que mais se mostram como problemas de saúde pública, pois implicam na falta de organização e de qualidade da assistência obstétrica, além de colaborar para a manutenção dos índices de mortalidade materna no Brasil, em

				descumprimento à meta da Agenda 2030 da ONU de melhorar a qualidade da assistência obstétrica e reduzir a mortalidade materna.
Atenção ao parto e nascimento em maternidades do Norte e Nordeste brasileiros: percepção de avaliadores da Rede Cegonha	LAMY, Zeni Carvalho et al.	2021	Avaliar práticas de atenção ao parto e nascimento em maternidades do Norte e Nordeste brasileiros.	A violência obstétrica é uma violência de gênero e institucional, se tratando de uma questão de saúde pública por ser evidenciada a institucionalização e naturalização do abuso e desrespeito à autonomia da mulher.
Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil	LEITE, Tatiana Henriques et al.	2022	Discutir e refletir sobre como questões relacionadas à violência obstétrica, como a definição e terminologia, a mensuração e as políticas públicas no Brasil têm dificultado a pesquisa da temática, assim como a mitigação desses atos.	Pela alta incidência e pela magnitude das violações, a violência obstétrica é considerada uma grave forma de violência de gênero e compromete os direitos humanos fundamentais das mulheres, além de ser um problema de saúde pública mundial

Fonte: A autora.

A ausência de consenso relativa à terminologia “violência obstétrica”, bem como à sua definição é trazida à tona em alguns dos trabalhos (DINIZ et al., 2015; LAMY et al., 2021; LEITE et al., 2022), prejudicando que dados concretos sobre o tema sejam obtidos, dificultando a criminalização e obstaculizando a tomada de ações mais efetivas. Entretanto, o uso do termo já se demonstra bastante estabelecido na literatura científica, como se nota pela pesquisa realizada, o que ressalta que mesmo que existam disputas de narrativa em torno da expressão, ainda não houve a indicação de uma alternativa que seja mais adequada e essa continua a ser utilizada, conhecida e consolidada.

Todos os artigos evidenciam fragilidades na rede de atenção durante o parto e o nascimento, demonstrando que é necessária uma efetiva transformação das práticas, principalmente no que diz respeito à implantação de protocolos de boas práticas baseadas em evidências, à capacitação dos profissionais das maternidades durante a formação e também posteriormente, de acordo com a melhor evidência disponível, ao empenho na efetivação da humanização durante a assistência e à informação para que as mulheres conheçam seus direitos e de seus bebês.

A violência obstétrica já foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como questão de saúde pública no documento “Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014), demonstrando a urgência de se discutir o tema e buscar meios de resolução para essa questão.

Nesse sentido, nota-se que todos os trabalhos analisados apontam que a violência obstétrica é uma questão de saúde pública por impactarem diretamente na saúde sexual e reprodutiva das mulheres e dos bebês, além de ser um fator que afeta diretamente os índices

de morbimortalidade materna.

Considerando que entre as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU está a redução da taxa de mortalidade materna global (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015), o enfrentamento da violência obstétrica parece ser um bom caminho.

Diversos caminhos são apontados nos trabalhos para o enfrentamento à violência obstétrica, ressaltando sempre que é necessária a união de forças entre diversos atores e que é fundamental que o combate se inicie desde a formação dos profissionais de saúde, além de ser apontada a imprescindibilidade da informação.

4 CONCLUSÃO

Com base nos artigos lidos, percebe-se que apesar de haver a compreensão de que a violência obstétrica é um problema de saúde pública bastante complexo, uma vez que se trata de diversas formas de violação durante o ciclo gravídico-puerperal, desrespeitando direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e impactando na saúde materna e neonatal, ainda há um longo caminho a ser percorrido acerca dessa discussão, com a necessidade de mais pesquisas sobre o tema.

Conclui-se que são diversos os impactos na saúde física e mental das mulheres, bem como na saúde infantil, especialmente no tocante à morbimortalidade materna, embora sejam necessários mais estudos que discutam todos esses impactos em decorrência dos altos índices de maus tratos sofridos pelas gestantes e parturientes de uma maneira mais focalizada, a fim de que políticas públicas mais específicas possam ser desenvolvidas.

Também é evidenciada a necessidade de transformações na forma como a violência obstétrica vem sendo prevenida e enfrentada. É preciso que ocorram mudanças na formação dos profissionais da saúde durante a graduação e a formação continuada, que as mulheres sejam informadas e tenham maior consciência de seus direitos e de seus processos reprodutivos, além de ser ressaltada a importância das denúncias desse tipo de situação, com a consequente penalização dos responsáveis.

REFERÊNCIAS

ANUNCIACÃO, Patrícia Sampaio da et al. “Revés de um parto”: relatos de mulheres que perderam o filho no período neonatal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 12, e00190517, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/frb87VhC9jjTYn6ZZtbNFfg/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jul. 2022.

DINIZ; Simone Grilo et al. Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil - origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 377-384, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v25n3/pt_19.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

FERNANDES, Iulia Bicu et al. Experiências de mulheres no gestar e parir fetos anencéfalos: as múltiplas faces da violência obstétrica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, e170757, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/DMXvmZfLfhQJgtDs4qmm6tP/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jul. 2022.

HOTIMSKY, Sonia Nussenzweig; AGUIAR, Janaina Marques de; VENTURI, Gustavo. A violência institucional no parto em maternidades brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO. Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013. p. 217-229.

KATZ, Leila et al. Quem tem medo da violência obstétrica?. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, n. 20, v. 2, p. 627-631, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/RDwVm7ZV3DksbRBsKLBwXjw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2022.

LAMY, Zeni Carvalho et al. Atenção ao parto e nascimento em maternidades do Norte e Nordeste brasileiros: percepção de avaliadores da Rede Cegonha. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 951-960, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/T6PJtHMTDRJpCmwHtJKgvsD/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jul. 2022.

LEITE, Tatiana Henriques et al. Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 02, p. 483-491, fev. 2022. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2022.v27n2/483-491/#>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

PHILIPP, Rita Radl; CUNHA, Tânia Andrade Rocha; CRUZ, Zoraide Vieira. Breve discussão sobre a violência obstétrica contra as mulheres: “na hora de abrir as pernas ninguém reclama”. **Revista NUPEM**, v. 10, n. 21, p. 110-123, 2018. Disponível em: <https://vortex.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5580>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SANTOS, Milena Thaynara Matias dos. **Debates e disputas de narrativas: a importância do termo “violência obstétrica” para as políticas públicas de saúde para as mulheres**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/27070>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SILVA, Sílvia Elaine da. **Atendimento às denúncias de violência obstétrica em Ponta Grossa/PR: desafios e possibilidades para a implementação de uma rede intersetorial**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3621/1/Sílvia%20Elaine%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SILVA, Sílvia Elaine da; GASPERIN, Helena Guimarães; PONTES, Felipe Simão. A violência obstétrica e o despacho do Ministério da Saúde. **Tensões Mundiais**, v. 17, n. 33, p. 205–228, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/3076>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. Disponível em: <https://journal.einstein.br/pt-br/article/revisao-integrativa-o-que-e-e-como-fazer/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

VENEZUELA. **Ley 38.668, de 23 de abril de 2007**. Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violência. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6604.pdf>. Acesso em 18 jul. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Genebra, 2014. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf. Acesso em 18 jul. 2022.